

Ata da reunião ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Piauí, realizada em 16 de setembro de 2013.

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às 16:00 horas, na sala de reunião do Colégio de Procuradores de Justiça, localizada nesta Capital à Rua Álvaro Mendes, número vinte e dois, noventa e quatro, centro, foi realizada reunião ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Luis Francisco Ribeiro, Procurador-Geral de Justiça em exercício, com a presença dos seguintes membros: **Antônio de Pádua Ferreira Linhares, Antônio Gonçalves Vieira, Alípio de Santana Ribeiro, Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues, Martha Celina de Oliveira Nunes, Rosângela de Fátima Loureiro Mendes, Jeromildo Rodrigues Alves, Catarina Gadelha Malta de Moura Rufino, Fernando Melo Ferro Gomes, José Ribamar da Costa Assunção, Teresinha de Jesus Moura Borges Campos e Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando.** Ausentes justificadamente, os Procuradores de Justiça: Teresinha de Jesus Marques, Antônio Ivan e Silva, Lenir Gomes dos Santos Galvão, Francisco das Chagas da Costa Neves, Hosaias Matos de Oliveira, Aristides Silva Pinheiro e Zélia Saraiva Lima. Seguindo a ordem dos trabalhos determinada pelo artigo 12 do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça, ocorreu: conferência do *quorum* e instalação da sessão. O Presidente cumprimentou os presentes e declarou aberta a sessão. Em seguida, determinou a leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada com a ressalva levantada pelo Procurador de Justiça, José Ribamar da Costa Assunção, visto que na referida ata, o Promotor de Justiça Paulo Rubens Parente Rebouças agradece a Dra. Zélia Saraiva Lima por permitir sua participação nas reuniões do Colégio de Procuradores, quando de fato, quem permitiu a participação da APMP nas sessões, foi o Colegio através do Regimento Interno. Após, o Presidente fez a leitura do expediente e passou ao primeiro item da pauta que trata da apreciação do processo administrativo nº 28083/2013 - minuta do ato de avaliação de

desempenho funcional dos servidores (relator – José Ribamar da Costa Assunção). De posse da palavra, o Procurador de Justiça José Ribamar da Costa Assunção pediu uma questão de ordem ao presidente, para que o mesmo defira sua participação em assuntos institucionais, a fim de apresentar sete questões de suma importância para a instituição. Dando continuidade, o relator procedeu a leitura do relatório e da minuta de resolução que visa sobre o sistema de avaliação de desempenho funcional dos servidores. Na sequência, a Procuradora de Justiça Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando propôs uma alteração nos arts. 19 e 20 da referida resolução. Depois de analisado e discutido, o processo foi retirado de pauta, ficando decidido que o mesmo volte à assessoria para as devidas alterações e, em seguida retorne ao Colégio para apreciação. Item 2 – sorteio do processo administrativo nº 1469/2013 que versa sobre o pedido de divisão de atribuições entre as Promotorias de Justiça de Saúde Pública, tendo sido sorteada a Procuradora de Justiça Lenir Gomes dos Santos Galvão como relatora e a Procuradora de Justiça Catarina Gadêlha Malta de Moura Rufino como revisora. Passou-se ao terceiro item da pauta - sorteio para designação do relator e revisor do processo administrativo nº 8147/2013 (conflito de atribuições), tendo sido sorteado o Procurador de Justiça Antônio de Pádua Ferreira Linhares como relator e o Procurador de Justiça Antônio Gonçalves Vieira como revisor. Posteriormente, a Promotora de Justiça Flávia Gomes Cordeiro Castro apresentou, conforme a Assessoria de Planejamento e Gestão tinha se comprometido em trazer ao colegiado, o relatório da proposta orçamentária de 2014, a qual foi votada e aprovada pelos senhores Procuradores e que será apresentada aos deputados. Mais uma vez, a Promotora de Justiça se colocou a disposição para esclarecer qualquer dúvida. Foi dada a palavra à Procuradora de Justiça Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando, a qual falou sobre o primeiro encontro regional do MPPI e MEC, que também tem a realização do CEAF (Centro de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional). Disse que o evento é patrocinado pelo MEC e que no Ministério Público do Piauí está sendo capitaniado pela Promotora de Justiça, Itanieli Rotondo Sá, que é a representante da Comissão Permanente de Educação do GNDH (Grupo Nacional de Direitos Humanos). Informou que o evento se realizará no dia 19 na UNINOVAFAPI e dia 20

no auditório do MPPI e que conta com a presença de todos. Comunicou, ainda, que, foi dado início a realização do projeto "O Ministério Público Perto de Você" através da caravana do MPPI que está sendo gerenciada pelo CEAF em parceria com a Corregedoria-Geral do MPPI, a Assessoria de Planejamento e Gestão, a Associação Piauiense do Ministério Público e a Ouvidoria do MPPI. Em seguida, a Procuradora de Justiça Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues informou que a ouvidoria do Ministério Público esteve presente na comarca de Picos, levando a ouvidoria itinerante, juntamente com a ouvidoria do TCE. Foi apresentado pelo Procurador de Justiça Luis Francisco Ribeiro e aprovado à unanimidade pelo Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça votos de pesar pelo falecimento da Sra. Leonisia Lima de Queiroz, mãe da Procuradora-Geral de Justiça, Zélia Saraiva Lima, e pelo falecimento da Sra. Maria Berenice Melo de Sousa, mãe do Promotor de Justiça, Elói Pereira de Sousa Júnior. O Procurador de Justiça José Ribamar da Costa Assunção fez algumas considerações. Inicialmente falou das ausências dos Procuradores de Justiça nas sessões sem a devida justificativa e que, a partir dessa data requer da secretaria do colégio que informe quem justificou por escrito o não comparecimento; verificou que na Resolução 03/2013, aprovada no dia 12 de agosto, consta seu nome e que na ocasião se encontrava de férias, diante disso requer a republicação com a devida correção; em relação à sede das Procuradorias, disse que já fez várias reivindicações através de ofícios, acerca da constante falta de conexão à internet, da falta de energia e da falta de telefone na guarita. O Procurador de Justiça Luis Francisco Ribeiro ressaltou que a administração superior não tem medido esforços para reparar essas distorções que ocorrem, embora tenhamos que analisar que existe a burocracia que as vezes emperra. E que todos esses problemas serão solucionados até novembro. Dando prosseguimento, o Procurador de Justiça José Ribamar da Costa Assunção sugeriu que seja feita uma compilação da legislação do Ministério Público e ressaltou que o site do MPPI está defasado tanto em relação a Lei Complementar 12 como em relação a outras coisas. A Promotora de Justiça, Flávia Gomes Cordeiro Castro salientou que o Planejamento já havia enviado à informática algumas leis compiladas, mas que o Procurador de Justiça José Ribamar da Costa Assunção tem razão, porque

ainda tem muitos atos esparsos que precisam ser vistos a validade para compilá-los. Comprometeu-se em enviar o material que se encontra no planejamento, compilado e atualizado, aos e-mails dos Procuradores de Justiça. Disse, também, que anotou todas as reivindicações e que, posteriormente, irá tratar com a Procuradora-Geral de Justiça. O Procurador de Justiça José Ribamar da Costa Assunção fez uma observação a respeito das atas de 2013, pois as mesmas não estão publicadas no site e, na sequência comentou sobre o livro do Promotor de Justiça, Antônio Francisco Santos Oliveira, lançado no dia 27 de agosto na livraria Anchieta, intitulado “O Ministério Público do Brasil e do Piauí”, que na sua opinião não deveria ter sido feito, porque o mesmo tem erros gramaticais e traz notícias distorcidas do Ministério Público do Piauí, prestando um desserviço à Instituição. Sobre essa questão, o Dr. Luis Francisco Ribeiro se posicionou de forma contundente, disse que o livro é de grande valia para o Ministério Público e, que no lançamento foi prestigiado por vários segmentos da sociedade. E finalmente, o último item a ser questionado trata do requerimento do Promotor de Justiça, Flávio Teixeira de Abreu Júnior, em que o mesmo requer apreciação pelo Colégio de Procuradores sobre o que motivou a outorga a várias pessoas, da medalha “Prof. José Darcy Araújo”, instituída pelo Ato 123/97, do então Procurador-Geral de Justiça, Antônio de Pádua Ferreira Linhares. Diante do exposto, requer, através de Dr. Flávio Teixeira, que o Colegiado discuta essa questão e tome uma providência. De posse da palavra, o Procurador de Justiça Antônio de Pádua Ferreira Linhares ressaltou que o Prof. Darcy Araújo é um ex-Procurador-Geral de Justiça e prestou relevantes serviços ao Ministério Público e que, na época em que a medalha foi instituída, ele ouviu o Conselho Superior do Ministério Público, mas que o Colégio está aberto à sugestões e à mudanças. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, e, para constar, eu, Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça e Secretária do Colégio de Procuradores de Justiça, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos presentes. Teresina, 16 de setembro de 2013.